

# **A VIOLÊNCIA E A VIOLÊNCIA ESCOLAR: MÚLTIPLOS OLHARES E DIFERENTES FORMAS DE ABORDAGEM**

Liliane Pereira de Souza\*

**RESUMO:** O objetivo deste texto é abordar o fenômeno histórico e atual da violência escolar através de uma reflexão sobre a violência como um processo enraizado histórico, político e cultural. Assim, tem-se uma visão ampla do fenômeno e de como ele é construído pela humanidade. Este estudo apresenta uma revisão bibliográfica que tem como aporte autores como Porto (2006), Da Matta (1982), Bourdieu (2001), Silva (2006), dentre outros. Evidenciou-se que as violências que acontecem intramuros nas escolas são reflexos das violências cotidianas e naturalizadas, e que se perpetua o vasto processo de associação entre pobreza e violência, não considerando seus vários aspectos. A aceitação das desigualdades dificulta as possibilidades para prevenir/amenizar as mais diversas manifestações de violência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Escola; Professores; Violência.

## **VIOLENCE AND SCHOOL VIOLENCE: MULTIPLE GAZES AND DIFFERENT FORMS OF APPROACH**

**ABSTRACT:** The historical and current phenomena of school violence are analyzed by dealing with violence as a historically, politically and cultural-rooted process. A broad idea of the phenomenon is provided, coupled to the manner it has been constructed by mankind. The bibliographical review is based on Porto (2006), Da Matta (1982), Bourdieu (2001), Silva (2006) and others. It is evident that the many types of violence in the school reflect the many daily and naturalized kinds of violence and perpetuates the vast association process between poverty and violence, regardless of their several aspects. Accepting inequality makes difficult the possibilities for the prevention / decrease of the several manifestations of violence.

**KEY WORDS:** School; Teachers; Violence.

---

\* Doutoranda em Educação; Docente Adjunta das faculdades FCG e FACSUL e Docente Formadora na EAD da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, MS, Brasil; E-mail: lilianedesouzaa@gmail.com

## INTRODUÇÃO

As práticas violentas já se faziam presentes na Antiguidade e envolvem aspectos econômicos, sociais e políticos. Buoro (1999) declara que a violência se tornou algo ligado ao cotidiano dos indivíduos e, assim, a tendência é acreditar que esta nunca foi tão explícita e por motivos tão banais. Hoje se vive em um ambiente com as mais variadas formas de violência e as pessoas, por não analisá-la sob o enfoque histórico, têm uma visão incorreta da mesma.

Zaluar (1999) destaca que a palavra violência vem do latim *violentia*, que remete a *vis* (força, vigor, emprego de força física ou os recursos do corpo para exercer sua força vital). Essa força torna-se violência quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo carga negativa ou maléfica.

Portanto, a percepção do limite, da perturbação e do sofrimento que a violência provoca é que vai caracterizar o ato como violento; percepção essa que varia cultural e historicamente.

A partir do momento em que a violência se manifesta na escola, um espaço reconhecidamente tido como educativo, é necessário um estudo particular, pois esse lugar é entendido pela sociedade de modo geral, como propiciador de oportunidades para a aquisição de novos saberes científicos, de ensino e aprendizagem, troca de experiências que oportuniza a prática constante do diálogo e da construção de conhecimentos.

A violência escolar leva-nos a refletir sobre o papel da escola, dos gestores e dos professores. No complexo contexto desta realidade, torna-se necessário abordarmos inicialmente algumas considerações sobre a construção da violência na sociedade, pois entende-se que este fenômeno agrava os problemas relacionados à educação e apesar do sentimento de impotência que afeta boa parte dos educadores, eles têm um papel fundamental em qualquer tipo de ação preventiva e de controle por estar em contato direto com os alunos.

Neste sentido, este estudo apresenta uma revisão bibliográfica que tem como principal objetivo abordar o fenômeno histórico e atual da violência escolar através de uma reflexão sobre a violência como um processo enraizado histórico, político e cultural. Assim, tem-se uma visão ampla do fenômeno e de como ele é

---

construído pela humanidade, contribuindo para o debate sobre a temática.

## 2 A VIOLÊNCIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Partindo do princípio de que o sofrimento que a violência provoca é que vai caracterizar o ato como violento, percepção essa que varia cultural e historicamente, concordamos com as reflexões de Michaud (1989, p. 10-11), que argumenta que:

Há violência, quando numa situação de interação, um dos vários atores age de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais.

Pino (2007) destaca que uma das maiores dificuldades no tratamento da violência, mais precisamente das ações violentas, é a imprecisão dos seus contornos semânticos. Sejam estes de caráter psicológico, pelo impacto emocional que produzem no imaginário das pessoas, ou por razões objetivas consistentes. Ou ainda, de caráter mais filosófico, que emerge na dificuldade de encontrar um princípio racional que explique essas ações, particularmente sob o impacto emocional dos seus efeitos.

O pesquisador cita, também, a questão de caráter antropológico, em que as ações violentas permitem desqualificar seus autores, tornando-os a expressão da desumanidade, da animalidade, onde não há lugar para a violência por não existir nele a intencionalidade, a consciência e a liberdade. Sendo estas características da condição humana dos homens, a violência está intimamente ligada às relações sociais, em que a existência do outro aparece como ameaça real ou imaginária à própria existência (física, social ou psicológica).

Também na perspectiva antropológica, Clastres (2004) evidencia que a prática da violência estabelece uma relação à humanidade como espécie, sendo a violência constatada como natural, guiada por um objetivo. “Determina-se, portanto como meio de subsistência, como meio de assegurar a subsistência, como meio de uma finalidade naturalmente inscrita no coração do organismo vivo: sobreviver” (CLASTRES, 2004, p. 163).

Para Rifiotis (2006), a violência, na perspectiva antropológica, é uma

objetivação e, por isso, deveríamos procurar ver como as coisas acontecem efetivamente, identificando quais as práticas e os discursos que estão sendo postos, e assim construir a própria imagem do campo da violência, para que não pensemos como se estivéssemos vivendo em uma dimensão paralela.

Já na perspectiva sociológica, a objetivação “[...] seria o que os números e as estatísticas assinalam como tal, fazendo ressaltar o caráter inegável da realidade do fenômeno” (PORTO, 2006, p. 264). Mas é preciso considerar o que os indivíduos e a sociedade representam como violência, visto que esse fator pode interferir na própria realidade da violência, reforçando a necessidade de uma estratégia de análise que se interrogue sobre as relações objetividade-subjetividade como componentes que participam da definição do fenômeno da violência. “Definir algo ou alguém como violento implica captar as relações entre objetividade e subjetividade da violência, estratégia que o enfoque das representações sociais parece possibilitar” (PORTO, 2006, p. 265).

A partir dessa perspectiva sociológica, a discussão tende a começar com a indagação sobre o que estamos chamando de violência, para depois discutir seu caminho. Mesmo que a violência seja própria da condição humana, “[...] também não se pode deixar de investigar o conjunto de valores que estão associados a certas formas de violência em sociedades específicas” (DA MATTA, 1982, p. 12). Assim, o autor chama a atenção para a própria postura da sociedade, pois “[...] ela se revela tanto pelo que preza como sagrado e como fundamental para seu bem-estar quanto pelo que teme e despreza como pecado, crime e violência” (DA MATTA, 1982, p. 15).

Sobre a sociedade e a violência, Chauí (2000) evidencia que nas sociedades, apesar das várias culturas e diferenças, alguns aspectos são compreendidos do mesmo modo. A violência é entendida como o uso da força física e do constrangimento para obrigar alguém a fazer alguma coisa contrária à sua vontade, “[...] causando-lhe danos profundos e irreparáveis, como a morte, a loucura, a auto-agressão ou a agressão aos outros” (CHAUÍ, 2000, p. 432).

Entendemos que a violência, sendo um problema social e multifatorial, acaba se tornando uma das manifestações mais difíceis de prevenir e controlar e que mesmo estando ligada ao nosso cotidiano nas suas mais diversas formas, não podemos banalizá-la, principalmente pelas consequências que podem causar, seja

para uma pessoa ou para a sociedade.

A violência não se caracteriza apenas com atos de agressão física, como já destacamos neste trabalho; no entanto, há uma tendência em relacionar a violência com esse sentido. Ela também se manifesta sob as mais variadas formas como psicológica, simbólica, verbal, institucional, atingindo todas as classes sociais, todas as idades e independe do sexo e do contexto social.

No contexto da complexidade do fenômeno, para Da Matta (1982, p. 34) as raízes da violência brasileira remetem ao “[...] familismo, governismo, capitalismo e legalismo que se distinguem e se refletem, numa lógica social complexa e singular - predominantemente relacional”. Isto é, no poder e na exploração, por exemplo:

Quando os pequenos (ou os fracos) que clamam por seus direitos (= desejos, necessidades, reivindicações), esse clamor assumirá sempre a forma de uma violência pessoalizada e aparentemente pré-política, porquanto não canalizada por nenhuma ideologia pública e sempre espontânea e não planejada. [...] Mas quando são os grandes (ou os fortes) que iniciam um movimento de violência, ele sempre será envelopado num idioma jurídico-legal e apresentado como um modo de ‘salvar’ as instituições e a própria sociedade do caos de uma individualização e diferenciação que é percebida como fragmentária e epidêmica (DA MATTA, 1982, p. 38 - grifo do autor).

A violência, portanto, é algo concreto em qualquer sociedade e não poderia ser diferente na brasileira, também não uma particularidade de um tipo de sistema. É evidente que o sistema econômico brasileiro é injusto e se falarmos na divisão da sociedade em dominantes e dominados, e nos remetermos ao Estado que “[...] é o aparelho que, na nossa concepção e no nosso discurso, terá uma resposta para todos os males” (DA MATTA, 1982, p. 23), há um discurso de senso comum, assim como a violência que ocorre no cotidiano.

A imagem para as pessoas é “[...] uma briga, agressão ou conflito onde o informante visualiza frequentemente dois seres em luta ou ação física” (DA MATTA, 1982, p. 23), seja essa violência pensada no esporte, nas prisões, nas ruas, com relação à criminalidade, no trânsito e outros. Isto é, a violência não aparece como um processo, “[...] nesse discurso o violento não é uma necessidade de um sistema, mas resultante de um desequilíbrio entre os fortes e fracos” (DA MATTA, 1982, p. 26). Ignora-se o seu aspecto político e econômico.

Arendt (1985, p. 6) destaca que a violência sempre desempenhou um

importante papel nas atividades humanas quando se leva em conta a história e a política: “[...] é bastante surpreendente que a violência tão raramente tenha sido objeto de consideração”. No aspecto político e econômico, a autora ressalta Marx e Engels para justificar a importância desse fenômeno no desenvolvimento histórico, baseado na sociedade de classes (capitalista), o papel da violência seria secundário, já que privado de seus meios de produção, o homem submete-se a quem conserva em seu poder esses meios. “Da mesma maneira considerava ele o Estado como um instrumento de violência sob o controle das classes dominantes; mas o verdadeiro poder das classes dominantes não consistia ou baseava-se na violência” (ARENDR, 1985, p. 9), definia-se no processo de produção através do papel desempenhado pelas classes dominantes na sociedade.

Para Wieviorka (1997), há várias experiências em que a violência é uma resposta à brutalidade do Estado. Mas que a tendência dominante se define por meio de experiências, em que a violência surge ou se desenvolve em meio às carências do Estado. A violência contemporânea delinea um novo paradigma, que, do ponto de vista teórico, deve ser analisada sendo capaz de unir o campo do conflito e o da crise, e ir além, levando em conta o sujeito frustrado, as condutas e os desvios que são capazes de levar ao caos.

Em relação ao sujeito que está em meio às carências condicionado por um Estado opressor, pela desigualdade e empobrecimento, concordamos com a reflexão de Da Matta (1982, p. 33):

Não é fácil ser tratado como um desconhecido e como um cidadão na nossa sociedade. Pois é neste terreno de anonimato e cidadania universal e plena - quando não somos ninguém - que corremos os maiores riscos de sermos maltratados e até mesmo violentados sem complacência.

Ou seja, dentro de uma sociedade relacional, quem não possui um parentesco, amizades ou nomes importantes, não existe como pessoa, correndo o risco de ser impiedosamente explorado. A contradição de uma sociedade desigual contribui para manifestações da violência física e moral, favorece impulsos que se expressam por meio de hábitos, costumes e tradições.

Santos (2002) define a violência como um dispositivo de poder, composto

de diversas linhas de realização, que promove uma relação específica com o outro, utilizando, para isso, a força e a coerção, produzindo um prejuízo social. Adorno (1995) nos remete ao fato de que no Brasil, por exemplo, as diferentes classes sociais não se sujeitam igualmente à obediência dos estatutos legais sob qualquer princípio moral ou ético fundado na convivência política pacífica e que o Estado aparece como incapaz de cuidar da segurança dos cidadãos.

Velho (2000) também destaca que o poder público tem se mostrado, no mínimo, incapaz de enfrentar a violência e acrescenta que “[...] a corrupção está indissolúvelmente associada à violência, uma aumentando a outra, sendo faces da mesma moeda” (VELHO, 2000, p. 58).

Para o autor, a violência, em diversas formas, foi variável fundamental na constituição da sociedade brasileira. A ocupação europeia foi feita mediante a destruição de diversas culturas indígenas tanto pelo confronto direto em combate quanto por doenças e escravidão. Lembrando também que, além de uma rotina de dominação com mecanismos conhecidos de exercício da força física, como a tortura, são muitos os episódios ou situações de conflito com luta aberta, produzindo mortos, feridos e vítimas em geral. Limitando-se ao Brasil, menciona, por exemplo, a Guerra dos Farrapos, a Balaiada, a Cabanagem, a Revolução Federalista, Canudos, Contestado, os movimentos de 1924 e 1932, e assim por diante (VELHO, 2000).

Minayo e Souza (1999) ressaltam que há de se considerar uma preocupação também da área da saúde, pois tudo o que significa agravo e ameaça à vida, às condições de trabalho, às relações interpessoais e à qualidade da existência faz parte do universo e a violência, no sentido mais restrito, afeta a saúde e frequentemente produz a morte.

Neste sentido, reportamo-nos aos dados de pesquisas realizadas recentemente em âmbito nacional que apontam para indicadores preocupantes e mostram uma cultura da violência nos diversos âmbitos de nossas vidas. O Mapa da Violência 2014: Os Jovens do Brasil, elaborado por Julio Jacobo Waiselfisz (2014), por exemplo, revela que ao longo dessa década, morreram 556 mil pessoas vítimas de homicídio, “quantitativo que excede largamente o número de mortes da maioria dos conflitos armados registrados no mundo”, destaca o texto.

Comparando 100 países que registraram taxa de homicídios, entre 2008 e

2012, para cada grupo de 100 mil habitantes, o estudo conclui que o Brasil ocupa o sétimo lugar no *ranking* dos analisados. As principais vítimas são jovens do sexo masculino e negros. A pesquisa destaca ainda que a onda de violência migrou das capitais para o interior, na esteira de novos polos de crescimento econômico.

Para Souza e Lima (2006, p. 1220), o que surge de novo no panorama da violência brasileira é que está ocorrendo um processo, uma disseminação dos homicídios para outros municípios das regiões metropolitanas e do interior dos Estados que, na maioria das vezes, está associado ao tráfico de drogas e outras mercadorias ilícitas, mas também se faz presente em áreas de ocupação e desenvolvimento recente.

Outra pesquisa elaborada também por Julio Jacobo Waiselfisz (2012), de acordo com os dados do Mapa da Violência 2012: Crianças e Adolescentes do Brasil, a escola é o quarto local onde há mais ocorrências de violência contra crianças e adolescentes entre zero e 19 anos. Na faixa etária dos 10 aos 14 anos o número de ocorrências no ambiente escolar aumenta, representando 7,8% dos atendimentos, enquanto a partir dos dez anos as agressões em casa diminuem. O levantamento foi realizado junto aos atendimentos por violência no Sistema Único de Saúde (SUS).

### **3 A VIOLÊNCIA ESCOLAR: CONCEITO, TIPOS E MANIFESTAÇÕES**

De acordo com Abramovay (2002), nenhum conceito sobre a definição de violência escolar chega a ser consensual entre os pesquisadores, pelo fato de que o que é caracterizado como violência varia em função do estabelecimento escolar, da posição de quem fala (professores, diretores, alunos, pais...), da idade e do sexo. Ou seja, depende do lugar, do tempo e dos atores que a examinam, para que seja possível encontrar uma conceitualização mais apropriada.

A autora destaca que os termos usados para indicar a violência, nesse contexto, variam de acordo com o país. Enquanto nos Estados Unidos diversas pesquisas sobre a violência na escola recorrem ao termo delinquência juvenil, na Inglaterra esse enfoque é pouco usual. Para alguns autores ingleses, o termo violência na escola só deve ser empregado no caso de conflito entre estudantes e professores, ou no caso de atividades que causem suspensão, atos disciplinares e

prisão.

Ortega (2003) explicita que há violência quando no interior das instituições escolares algumas pessoas são acoçadas, maltratadas ou socialmente excluídas, física, psicológica ou moralmente, apresentando o entendimento da violência não somente manifestada com agressão física, mas como uma forma de perseguição.

Portanto, é possível perceber que há dificuldade em definir claramente o conceito de violência que ocorre nas escolas e, principalmente, em delimitá-lo. Todavia, apesar de não se ter um consenso entre os pesquisadores sobre o conceito, tendo em vista que este varia de acordo com o contexto em que ocorre e segundo os atores envolvidos, há uma preocupação em direcionar as discussões de maneira que haja contribuições para os estudos sobre esse tema.

A contribuição de Charlot (2002, p. 434-435), em seu estudo sobre a abordagem da violência na escola por sociólogos franceses, possibilitou a multidiversificação do fenômeno da violência e identificou na prática quais atos poderiam ser considerados violentos a partir das diferenças entre os seus tipos que estão presentes na escola:

A violência *na* escola é aquela que se produz dentro do espaço escolar, sem estar ligada à natureza e às atividades da instituição escolar: quando um bando entra na escola para acertar contas das disputas que são as do bairro, a escola é apenas o lugar de uma violência que teria podido acontecer em qualquer outro lugar. A violência *à* escola está ligada à natureza e às atividades da instituição escolar: quando os alunos provocam incêndios, batem nos professores ou os insultam, eles se entregam a violências que visam diretamente à instituição e aqueles que a representam. Essa violência contra a escola deve ser analisada junto com a violência *da* escola: uma violência institucional, simbólica, que os próprios jovens suportam através da maneira como a instituição e seus agentes os tratam (modos de composição das classes, de atribuição de notas, de orientação, palavras desdenhosas dos adultos, atos considerados pelos alunos como injustos ou racistas...) (CHARLOT, 2002, p. 434- 435 - grifo do autor).

Para o autor, é importante distinguir o fenômeno da violência perante as diversificações existentes, para se pensar as estratégias de ação, já que são inúmeros os exemplos de práticas de violência, tanto verbal quanto física, que acontecem no interior da escola. Essas práticas aparecem não apenas entre os alunos, mas entre estes e professores, manifestadas por meio de ameaças, insultos, agressões, e de

maneira simbólica.

No que diz respeito às práticas de violência é necessário saber que esta se passa pela reconstrução das relações sociais que estão presentes no espaço social escolar, e as manifestações de violência emergem como resposta imediata a uma situação de exclusão do indivíduo. Isto se apresenta quando levamos em consideração as questões próprias do contexto atual, como globalização, desemprego, a própria violência urbana e a banalização de conceitos antes preservados, como o respeito. Perde-se também parte de seus vínculos com a comunidade e, muitas vezes, com a própria família. Isto se reflete nas ações dos alunos dentro da escola.

Para Cardia (1997), a violência nas escolas tem suas raízes na violência do bairro e na família e em variáveis estruturais, como a pobreza e a privação:

Se, no bairro e na família, a pobreza e a escassez de recursos tornam a violência mais aguda, o mesmo ocorre nas escolas. A violência é ampliada pela falta de recursos materiais e humanos das escolas e por sua deterioração física. A contenção da violência exige intervenções que para serem bem-sucedidas têm que envolver a participação das famílias em situação de risco, das entidades da comunidade e das escolas. A escola é parte do problema e parte da solução (CARDIA, 1997, p. 51).

Ainda para a autora, tem-se um círculo vicioso e perverso, pois a violência doméstica e a do meio ambiente aumentam a probabilidade de fracasso escolar e de delinquência. Esta, por sua vez, aumenta a violência na escola e as chances de fracasso escolar reduzem o vínculo entre os jovens e a escola.

Outros fatores importantes para compreendermos essas ações são as causas externas e internas da violência escolar que, para Cubas (2006, p. 28 - grifo nosso), incluem:

Quanto às *causas externas*: os ideais de gênero, sexismo; relações raciais, racismo e xenofobia, migração e conflitos regionais; estrutura familiar dos alunos; influências da mídia; características do ambiente onde a escola está inserida. Quanto às *causas internas* (aquelas que se originam no interior da escola) essas incluiriam: idade e nível de escolaridade dos alunos; regras, disciplina e o sistema de punições das escolas; a indiferença dos professores frente a todos os casos de violência, a má qualidade do ensino, carência de recursos humanos e a relação de autoridade entre professores e alunos.

Sobre as causas externas expostas por Cubas (2006), no que se refere às características do ambiente onde a escola está inserida, é relevante destacar que há escolas que passam por situações de violência e outras são historicamente violentas. Concordamos com Charlot (2002) quando argumenta que, quando o próprio bairro é presa da violência, é maior a probabilidade de que a escola seja atingida por essa violência. Todavia é apenas uma probabilidade e é necessário duvidar dos raciocínios demasiadamente automáticos. Assim, encontram-se em bairros violentos, escolas onde há pouca violência, e isto se deve às práticas cotidianas de cada escola, a maneira como professores e gestores lidam com as tensões.

A influência da mídia é ressaltada por Debarbieux (2002), que assinala o destaque dado pela imprensa aos poucos casos graves que ocorrem, acaba criando uma sensação de insegurança generalizada e de perigo constante nas escolas que, por sua vez, recorre à aplicação de medidas punitivas cada vez mais rigorosas. Ao mesmo tempo, a constante preocupação com esses crimes desvia a atenção dos casos mais sutis, que são mais constantes e prejudiciais ao cotidiano da escola e que nem sempre são mostrados na mídia, como a violência simbólica.

A violência simbólica no âmbito educacional se mostra nas relações de poder, na discriminação indireta de gêneros e raça, por meio de gestos, pela imposição da avaliação da aprendizagem, entre outras, e descreve o processo pelo qual a classe que domina (nesse caso, a que detém o conhecimento) impõe sua cultura aos dominados. É a coerção que faz surgir essas relações como natural, “[...] pelo fato de serem, na verdade, a forma incorporada da estrutura da relação de dominação” (BOURDIEU, 2001, p. 206) e faz com que o grupo se sinta cada vez mais inseguro e mais sujeito à dominação.

Na perspectiva bourdieusiana, a escola é vista como reprodutora das desigualdades sociais e o caráter simbólico da violência é decorrente da divisão social do trabalho na sociedade capitalista. No processo educacional as características da reprodução das estruturas de classes da sociedade capitalista se manifestam na própria realidade social, sendo a violência reproduzida por representação simbólica, ou seja, não exercendo necessariamente a violência física, mas fazendo com que as pessoas pensem e ajam de tal forma que não a percebam como dominação da ordem

vigente.

Essa não percepção da dominação refere-se ao que Bourdieu evidencia de *habitus*, que surge como uma definição para conciliar a oposição aparente entre realidade exterior e as realidades individuais. *Habitus* é uma tendência internalizada de agir de tal forma a uma situação que é determinada pela condição de classe e se refere tanto a uma classe quanto a um grupo.

No emaranhado caminho da violência mascarada, há também a violência institucional. Muitas vezes, as normas impostas pela instituição não são compreendidas pelos alunos. Abramovay (2002, p. 74) ressalta que na pesquisa realizada, no cotidiano das escolas públicas brasileiras, alunos relatam que há professores que têm dificuldade de dialogar com eles, humilhando-os e ignorando completamente seus problemas, não querendo sequer escutá-los, e conforme relato dos estudantes que participaram de um grupo focal “[...] a professora fala que não tem nada a ver com isso”. Outros tratam mal os alunos, xingando-os de “safado, marmanjão”, recorrendo a agressões verbais, o que os expõem ao ridículo, quando não entendem algo ou não conseguem responder a uma pergunta.

É preciso refletir se a escola está preparada para a universalização do acesso, pois a mesma é padronizada com conceito de igualdade e algumas regras e normas podem se converter em problemas que geram conflitos e violências. As respostas ou reações por parte dos alunos, diante das imposições de autoridade, são claramente identificáveis quando, por exemplo, os alunos são pré-julgados ou não são escutados pelos professores, ou se a escola proíbe a entrada de certos itens e vestimentas que são próprias da cultura juvenil. O papel da escola é tentar harmonizar as relações, não ocultando os conflitos, tensões e disputas, mas tentando neutralizá-los.

Entendemos que a intolerância é um fator fundamental quando falamos sobre a violência escolar, pois não somente a convivência entre alunos é difícil de ser aprendida, mas também entre professores e alunos. É preciso haver uma mudança de atitude diária, em relação à intolerância, seja quanto à religião, etnia, opção sexual, classe social ou desqualificação quanto às características peculiares do outro, já que esses fatores refletem nos casos de violência tanto verbal quanto física. A violência verbal é muitas vezes mascarada, também, entre os alunos, passando por simples brincadeira.

No cenário atual, as desavenças limitadas às ameaças e a essas agressões

verbais consideradas de menor gravidade, muitas vezes, acabam por terminar em agressão física tanto fora quanto dentro da própria escola. Um conflito dependendo da maneira como é resolvido, ou não, pode desencadear atitudes de violência, que se difere de brincadeiras, quando ganham requintes de crueldade, como o *bullying*, que é uma forma de violência que resulta em sérios prejuízos para o ambiente escolar e para a sociedade.

Dessa forma, percebemos o quanto esse fenômeno em suas mais diversas formas e manifestações está presente no cotidiano das escolas, nas salas de aula, nos corredores, nos horários de entrada e saída dos alunos, no intervalo, nas atividades escolares em geral de maneira explícita ou não. Assim, tendo em vista esse conjunto de elementos notórios, certamente a violência escolar torna-se um desafio diário para professores e gestores nas rotinas escolares.

Certamente o reconhecimento da violência por parte da escola e principalmente da capacidade de todos estarem abertos a críticas e sugestões é um desafio, pois nem sempre os gestores, professores e funcionários estão dispostos a isso, seja por não compartilharem das mesmas ideias e objetivos, por estarem acomodados no conformismo ou até por acreditarem que a escola não é violenta. Muitas vezes, as diversas formas de violências estão inseridas no contexto diário das atividades escolares, na cultura da escola.

Silva (2001) destaca que as organizações escolares passam por um processo de criação de uma cultura que reflete os conceitos de autoridade e hierarquia e os elementos que os legitimam. Frequentemente é a legitimação da autoridade baseada no cargo ocupado:

No caso do professor, tem sido o diploma do qual ele é portador que o habilita a estar no papel de detentor de um saber; no caso da direção da escola, a autoridade é legitimada também pelo cargo e pela responsabilidade legal que o acompanha (SILVA, 2001, p. 133).

A autora também ressalta que o uso da coerção como fonte de aceitação da autoridade se dá quando nenhuma outra forma de legitimação é possível, é um sintoma da resistência do grupo em aceitar as regras e princípios previamente estabelecidos. A participação nesse contexto restringe-se ao cumprimento do formal, gerando um clima de revolta ou de apatia, que se reflete no comportamento dos

alunos.

Outro ponto destacado por Silva (2006) é que o peso da cultura centralizadora auxilia no imobilismo das escolas, a hierarquização das relações, baseada em uma concepção patrimonialista, coronelista e de poder pessoal, a excessiva centralização do poder, e a ausência de uma consciência de cidadania dificultam o estabelecimento dessa cultura de participação nas organizações educacionais.

Quando faz uma análise sob a luz da perspectiva sócio-crítica, a autora ressalta que é fundamental que o sistema, a escola e toda sua comunidade estejam preparados para o exercício dessa autonomia, criando uma nova cultura, que contemple aspectos como quebra das concepções hierárquicas da gestão da escola, permitindo maior participação de todos os envolvidos no processo pedagógico; incentivo à autonomia pessoal e do grupo no sentido de propor inovações e fazer avaliações reais do processo educacional e correções de rumo quando necessário. É necessário que as estruturas do sistema educacional permitam à unidade escolar o exercício da autonomia e que as unidades escolares propiciem à comunidade interna e externa à escola as condições de participação real (SILVA, 2006).

#### 4 CONSIDERAÇÕES POSSÍVEIS

A partir dessa reflexão sobre o conceito de violência nas mais diversas perspectivas históricas evidencia-se que este fenômeno somado ao conceito de *habitus* de Bourdieu, em uma relação de dominação/subordinação nas mais diversas esferas cotidianas, resulta em práticas reprodutivistas da violência estrutural.

As pesquisas realizadas recentemente no país apontam para uma violência que tem cor/raça, gênero e idade que somados às deficiências de políticas públicas, principalmente em educação de qualidade (e não uma educação de quantidade) resulta em violações, arbitrariedades, métodos violentos de agressão ou simbólicos contra aqueles que não são vistos como “cidadãos” em uma sociedade relacional de preconceitos velados.

As violências que acontecem intramuros nas escolas são reflexos das violências cotidianas e naturalizadas, e quando falamos em violência nas escolas, não

estamos associando apenas a escola pública, pois como fenômeno social, a violência também reflete nas escolas particulares, já que não se trata de atos cometidos apenas pelos pobres como o imaginário social configura.

Percebemos assim, que o que se perpetua é o vasto processo de associação entre pobreza e violência, não considerando seus vários aspectos históricos e políticos, por exemplo. A aceitação das desigualdades dificulta as possibilidades para prevenir/amenizar suas mais diversas manifestações.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. **Escola e violência**. Brasília: UNESCO Brasil, 2002.

ADORNO, T.W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARENDT, H. **Da violência**. Tradução Maria Claudia Drummond Trindade. Brasília, Ed. da UnB, 1985. 67p. (Coleção Pensamento Político, 65).

BOURDIEU, P. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BUORO, A. B. et al. **Violência urbana: dilemas e desafios**. São Paulo: Atual, 1999.

CARDIA, N. A violência urbana e a escola. **Contemporaneidade e educação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 26-69, 1997.

CHARLOT, B. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 8, p. 432-443, 2002.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CLASTRES, P. **Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

CUBAS, V. de O. Violência na escola: um guia para pais e professores. In: RUOTTI, C. (Org.). **Violência nas escolas: como defini-la?** São Paulo: Andhep; Imprensa Oficial

do Estado de São Paulo, 2006. p. 23-52.

DA MATTA, R. As raízes da violência no Brasil: reflexões de um antropólogo social. In: PINHEIRO, P. S. (Org.). **Violência brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 14-28.

DEBARBIEUX, E. Violência nas escolas: divergências sobre palavras e um desafio político. In: DEBARBIEUX, E.; BLAYA, C. (Org.). **Violência nas escolas e políticas públicas**. Brasília: UNESCO, 2002.

MICHAUD, Y. **A violência**. Tradução de L. Garcia. São Paulo: Ática, 1989.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 4, n. 1, p. 7-32, 1999.

ORTEGA, R. Programas educacionais de prevenção da violência escolar na Espanha: o modelo Sevilha anti-violência escolar (SAVE). In: DEBARBIEUX, E.; RÉVOLTE, K.; BLAYA, C.; ROYER, E.; ORTEGA, R.; COWLIE, H.; PINA, F.; ABRANOVAY, M. **Desafios e alternativas: violência nas escolas**. Brasília: UNESCO; UNDP, 2003.

PINO, A. Violência, educação e sociedade: um olhar sobre o Brasil contemporâneo. **Educação e Sociedade**, v. 28, n. 100, out. 2007.

PORTO, M.S.G. Crenças, valores e representações sociais da violência. **Sociologias**, v. 16, p. 250-273, 2006.

RIFIOTIS, T. **Nos campos da violência: diferenças e positividade**. [s.l.]: Departamento de Antropologia Laboratório de Estudos das Violências (LEVIS), Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

SANTOS, J.V.T. dos. Microfísica da violência, uma questão social mundial. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 54, n. 1, p. 22-24, jun./set. 2002.

SILVA, J.M.A.P. Cultura nacional, cultura das organizações escolares e a gestão democrática: algumas reflexões. **Gestão Ação**, Salvador, v. 9, n. 3, p. 367-379, set/

dez, 2006.

SILVA, J. M. A. P. Cultura escolar, autoridade, hierarquia e participação: alguns elementos para reflexão. **Cadernos de Pesquisa**, n. 112, p.125-135, maio, 2001.

SOUZA, E. R.; LIMA, M. L. C. de. Panorama da violência urbana no Brasil e suas capitais. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 11, suppl., p. 1211-1222, 2006.

VELHO, G. O desafio da violência. **Estudos Avançados**, v. 14, n. 39, 2000.

WASELFISZ, J.J. **Mapa da violência 2012 atualização: homicídios de mulheres no Brasil**. São Paulo: Instituto Sangari; Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2012.

WASELFISZ, J.J. **Prévia do Mapa da Violência 2014: os jovens do Brasil**. Retrato da situação e evolução da mortalidade violenta no país de 1980 a 2012. São Paulo: Instituto Sangari; Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2014.

WIEVIORKA, M. O novo paradigma da violência. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 5-41, maio 1997.

ZALUAR, A. Violência e crime. In: MICELI, S. **Antropologia**. São Paulo: Sumaré, ANPOCS, 1999. (O que ler na Ciência Social brasileira; v. 1).

*Recebido em: 05 de novembro de 2013*

*Aceito em: 09 de julho de 2015*